

Católicos e evangélicos na política brasileira

Fábio Py*
Marcos Vinicius de Freitas Reis**

Resumo:

Neste texto, pretendemos observar o desenvolvimento de movimentos de renovações religiosas cristãs tanto católicas quanto evangélicas no detalhe da questão política. Como existem debates e análises acerca do fenômeno pentecostal e neo-pentecostal e sua conexão no jogo político brasileiro, o foco do trabalho será de perceber ao movimento da Renovação Carismática Católica (RCC) e dos grupos evangélicos seus desdobramentos no campo político brasileiro. Portanto, buscaremos destacar os mecanismos político-religiosos que estão sendo construídos pela igreja católica junto a RCC e às igrejas evangélicas para se fazer representativa na luta mais recente para a construção da democracia brasileira.

Palavras-chaves: Carismáticos, RCC, política, complexidade e democracia

Catholic and evangelical in the Brazilian politics

Abstract:

This article aims at reflecting about the development of catholic and evangelical Christian religious renovation movements focusing on their political aspects. Considering that there are debates and analyses about Pentecostal and neopentecostal phenomena and their connection with Brazilian political game, this work centers on analysing the Catholic Charismatic Renovation (CCR) movement and its deployment in the Brazilian political field. Then, we seek to highlight political and religious mechanisms built by the Catholic Church together with CCR to make itself representative in the latest struggle for the construction of Brazilian democracy.

Key-words: Charismatics; CCR; politics; complexity and democracy.

* Doutor em Teologia pela PUC-RIO, E-mail: pymurta@gmail.com.

** Professor Assistente I da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutorando em Sociologia pela UFSCAR. E-mail: marcosvinicius5@yahoo.com.br.

Católicos Y Evangelicos En La Política Brasileña

Resumen

En este texto queremos ver el desarrollo de los movimientos religiosos cristianos de renovación, tanto católicos, en general, como evangélicos, en particular, considerando la cuestión política. A partir de las discusiones sobre el Pentecostalismo y el fenómeno neo-pentecostal y su conexión con el juego político brasileño. El enfoque de este trabajo será analizar el movimiento de la Renovación Carismática Católica (RCC) y los grupos evangélicos en su desarrollo político en Brasil. Para tanto, vamos a poner en relieve los mecanismos políticos y religiosos que están construyendo la Iglesia católica con la RCC y las iglesias evangélicas para tener representación en la lucha por la construcción de la democracia brasileña.

Palabras clave: Carismático; RCC; Política; Complejidad; Democracia.

Introdução

A emblemática relação entre religião e política no Brasil tem chamado a atenção nas últimas décadas de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento (FONSECA, 2011, p.21-105; FRESTON, 1993; MAINWARING, 1989; PY, 2014, p.54-68). A cada eleição que passa, instituições religiosas fazem-se representadas mais significativamente na arena política, e conseqüentemente, mais presentes também na esfera pública. Pensar na associação entre religião e política no atual sistema político brasileiro é pensar em duas esferas que possuem linhas tênues em seus relacionamentos, e que constantemente sofrem modificações. O mundo pluralista permite que os atores religiosos desenvolvam novas estratégias e novas formas de se inserirem na arena política. Nesse sentido, o presente artigo vem sanar uma lacuna na literatura das ciências humanas sobre a temática religião e política, sobretudo a participação da RCC na política brasileira (BURITY e MACHADO, 2006).

A história política do Brasil foi marcada pela presença de atores religiosos, na esfera política, que acabavam influenciando diretamente nos rumos da nação, em exemplo a Igreja Católica, que, por vários séculos, manteve a sua hegemonia.¹ Com a redemocratização neste país, no início da década de

¹ Até a proclamação da República, ocorrida em 1889, a Igreja e o Estado viviam sob o regime do padroado. As autoridades brasileiras financiavam atividades dos clérigos católicos, como viagens, construção de Igrejas, quermesses e elaboração de leis inspiradas na doutrina católica; em contrapartida, os padres eram submissos às diretrizes do Estado. No primeiro governo de Vargas (1930-1945), os católicos, por meio da liderança de D. Sebastião Leme, bispo da arquidiocese do Rio de Janeiro, organizam a Liga Eleitoral Católica (LEC) para apoiar políticos que defendessem os interesses católicos e que lutassem contra a secularização e o comunismo. A LEC conseguiu que a Constituição de 1932 mantivesse proibido o divórcio, instituiu o ensino religioso católico nas escolas públicas e o financiamento público das atividades da Igreja. E, por último, no período da ditadura militar (1964-1985), a Igreja – influenciada pelos ideários de esquerda –, através das CEBs, se opõe à forma repressiva dos militares governarem e se posiciona favorável à volta da democracia e ampliação dos direitos dos cidadãos (MAINWARING, 1989, p. 58-76; PY, 2015a, p. 40-67; PY, 2015b, p. 65-89).

1980, novos atores religiosos adentram o cenário político, propondo projetos de leis, representando instituições religiosas, enfim, discutindo com a sociedade civil e com os outros parlamentares a respeito das medidas que o Brasil deveria adotar para o seu crescimento econômico e social (SOUZA, 2001, p.11-15 e PIERUCCI, 1996).

Nesse contexto, pretende-se discutir a entrada de instituições religiosas no campo político (BORDIEU, 2001, p.85-91)² brasileiro a partir do período da redemocratização, nos anos de 1980. Para isso, primeiramente, será situada a participação das igrejas evangélicas na política brasileira, em seguida, investigar a atuação da Renovação Carismática Católica (RCC). O contexto brasileiro é marcado pela pluralidade de credos religiosos que disputam o espaço público para a legitimação de suas práticas (MACHADO, 2006, p.42-67). Mas recentemente, essa tendência ampliou-se com várias instituições que passaram a apoiar pastores e leigos a se elegerem em diversos cargos eletivos e executivos existentes para alcançar os seus objetivos, que, na maioria das situações, consistem na divulgação e expansão de suas instituições religiosas.

Concomitante a isso, a Igreja Católica deparou-se com um ambiente de concorrência e ameaça por outros grupos religiosos em espaço, até então, ocupado apenas por ela (PY e REIS, 2015). Nesse sentido, a hipótese a ser testada é a de que a inserção dos membros da Renovação Carismática Católica na política brasileira é uma tentativa de frear a entrada e a influência de outros grupos religiosos na esfera política, sobretudo os evangélicos, e assim, manter o poderio do catolicismo e suas tradições/dogmas.

Os Evangélicos na Política Partidária

No governo de Figueiredo (1979-1985), foram acentuados os sinais de fracasso das medidas econômicas adotadas pelos militares no decorrer da ditadura brasileira e a economia deparou-se com: inflação elevada, aumento da dívida externa, arrocho salarial, desemprego e crescimento dos problemas sociais. Carvalho (2006, p.45-49) ressalta que o país mobilizou-se na campanha pelas Diretas Já, e vários segmentos sociais da população brasileira,

² O artigo versa de forma direta a relação do “campo político” (noção de PIERRE BORDIEU, 2001, p. 87) como “espaço das relações de força entre as diferentes espécies de capital ou, mais precisamente, entre os agentes que estão suficientemente providos de uma das diferentes espécies de capital para estarem em condições de dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam todas as vezes que se encontra posto em causa o valor relativo das diferentes espécies de capital”; e suas conexões com o vetor do simbólico. Com ele se visa perceber como o campo político está sendo inundado pelas representações do campo simbólico. Também, pode ser visto como uma exemplificação das pesquisas de atualização da teoria de Bordieu no Brasil, alinhando-se ao fôlego dos trabalhos de Andre Ricardo Souza (2001) e de Dario Paulo Barreira Riveira (2014, p. 204-219).

órgãos de comunicação e outras instituições foram às ruas protestar contra a administração dos militares e reivindicar a volta das eleições diretas para a presidência da República, assim como a volta da democracia. Paralelamente a isso, inicia-se o movimento suprapartidário em favor da aprovação da emenda constitucional denominada Dante de Oliveira, que restabeleceria a eleição direta para a presidência da República, mas esta foi derrotada na Câmara dos Deputados por não alcançar o número mínimo de votos para ser aprovada.

Gradativamente, elementos importantes para constituir uma democracia foram sendo adotados pela sociedade brasileira: a ampliação da liberdade de expressão partidária, religiosa, anistia a presos políticos, eleições livres e diretas para diversos cargos públicos, permissão de segmentos sociais a se organizarem em associações e sindicatos. Para que a redemocratização fosse finalizada, fez-se necessária a elaboração de uma nova Constituição para o Brasil, que veio por meio da realização de um Congresso Constituinte, composta por deputados e senadores, e presidida pelo ex-deputado federal Ulysses Guimarães, que culminaria, em 1988, na promulgação da nova Constituição do Brasil.

No decorrer das discussões no Congresso Constituinte para a formulação das novas leis brasileiras formou-se o “Centrão”, constituído por uma parcela dos parlamentares do PMDB, pelo PFL, PDS e PTB, além de outros partidos menores (CARVALHO, 2002, p.76-79). Esse segmento foi apoiado pelo poder Executivo e representantes das tendências conservadoras da sociedade, conseguindo influir decisivamente na regulamentação dos trabalhos da Constituinte e no resultado de votações importantes, como a duração do mandato de Sarney (estendido para cinco anos). De acordo com Fonseca (2002, p.58-71), a maioria dos parlamentares vinculada à bancada evangélica teria a sua atuação na ala conservadora do famoso “Centrão” e reviveria a Confederação Evangélica Brasileira (CEB), com o intuito de conseguir recursos financeiros das repartições públicas para investir na atuação política desses congressistas evangélicos.³ Segundo o autor:

Esse grupo, com exceção de uma pequena parcela de representantes de esquerda/centro-esquerda (6 deputados), foi responsável pela criação da “Bancada Evangélica” que ficou conhecida por sua atuação ao bloco conservador “Centrão”. Essa bancada promoveu a ressurreição da Confederação Evangélica

³ Fonseca (2002, p. 79-101) percebe que foi a primeira vez que os evangélicos atuam de forma coesa em prol dos seus interesses. Participar do “Centrão” mostrava a força política que os evangélicos detinham e a possibilidade da expansão da mesma. Além disso, havia um desejo de que na nova constituinte estivesse presente valores morais defendidos pelos evangélicos.

Brasileira (que desde 1964 estava desarticulada) com o objetivo de angariar verbas junto ao poder público e tornar-se representante dos evangélicos (FONSECA, 2002, p. 62).

Uma característica que marcou o Congresso Constituinte foi que os setores da sociedade foram estimulados a dar a sua contribuição. Esses grupos puderam influenciar nas decisões dos constituintes e, assim, reivindicar os seus interesses, entre eles, o que mais se destacou na atuação no Congresso Constituinte foi o evangélico. Vários representantes de Igrejas Evangélicas foram eleitos. Freston (1993, p.56-78) enumera alguns dos principais políticos religiosos que se destacaram entre 1987 e 1992: o ex-Deputado Federal Arolde de Oliveira (PFL-RJ) da Igreja Batista, o ex-Deputado Federal Daso Coimbra (PMDB-RJ) ligado à Igreja Congregação Cristã, o ex-Deputado Federal Aldo Fagundes (PDS-RS), membro da Igreja Metodista, o ex-Deputado Federal Rubens Dourado (PTB-RJ), pertencente à Igreja Presbiteriana, e a atual Deputada Federal Benedita da Silva (PT-RJ), vinculada à Igreja Assembleia de Deus.⁴

Esses políticos evangélicos participaram das mais variadas comissões que foram criadas no Congresso Constituinte para a elaboração da Constituição de 1988. Porém, segundo Freston (1993, p.75-97), a concentração desses políticos deu-se em duas comissões: Família do Menor e do Idoso e Ciência, Tecnologia e Comunicação. A primeira, como o próprio nome já diz, tratava de assuntos relacionados à políticas públicas para as famílias, à questão da criança e dos idosos, e a segunda temática estava relacionada aos meios de comunicação e ao desenvolvimento tecnológico (FONSECA, 2002, p.78-90). Percebe-se, portanto, que há interesse da bancada evangélica pelos assuntos pertinentes à família e aos meios de comunicação. Segundo Pierucci (1996, p.56-75), o interesse desse grupo religioso pelos temas deu-se pelo objetivo da conquista de concessões de rádio e TV para as suas igrejas e da aprovação de temas ligados à família patriarcal.

A partir desses interesses, Pierucci (1996, p.56-75) conclui que vários desses políticos evangélicos praticavam atitudes fisiológicas. O autor recorre

⁴ A tese de doutorado de Freston (1993, p. 43-105) é importante para o trabalho, por ser pioneira no mapeamento e análise da atuação da bancada evangélica no Brasil. Seu trabalho foi escrito no decorrer desses acontecimentos e já mostrando estratégias de crescimento dos evangélicos na política. Desde então, tem servido de referência para os demais trabalhos, por exemplo, ORO, 1996, p. 53-156. Nesse caso, fez-se opção pelos trabalhos de Freston no que tange à tipologia do pentecostalismo, pois eles mais dialogam com os setores evangélicos, católicos e a política – nexos do artigo. Por isso, fez-se opção por seus trabalhos ao invés da tipologia sobre os nichos protestantes, evangélicos e carismáticos traçado pelo professor Leonildo Campos, da UMESP (CAMPOS, 2004, p. 146-163).

ao episódio da discussão sobre a ampliação do mandato de cinco para seis anos do presidente Sarney. Este, para obter a maioria dos votos no Congresso Nacional para a aprovação dessa lei, fez um acordo com a “bancada evangélica” (PIERUCCI, 1996, p.72-78). O Governo Federal daria concessões de rádios e TV para esses grupos religiosos expandirem as suas atividades proselitistas e, em contrapartida, o grupo deveria votar favoravelmente a esta lei. Tal fato repercutiu amplamente nos principais meios de comunicação da época, sujando a imagem dos políticos pentecostais.

Por mais que os congressistas evangélicos defendessem temáticas conservadoras e se reunissem esporadicamente para traçar estratégias conjuntas de atuação nas comissões, observa-se que a atuação desses parlamentares não foi feita de forma homogênea. Havia aqueles que tinham posições mais da esquerda, a exemplo de Benedita da Silva, que defendia interesses dos homossexuais e a legalização do aborto (FRESTON, 1993, p.43-105). Outro assunto que foi muito polêmico e dividiu a bancada evangélica foi a questão da reforma agrária. Fonseca (2002, p.58-71) salienta que vários políticos posicionaram-se contrários à questão, por se tratar de uma bandeira católica e, caso fosse aprovada, poderia representar dificuldades no crescimento dos evangélicos no Brasil, uma vez que poderia diminuir o êxodo rural.

Freston (1993), fazendo um balanço geral da atuação dos evangélicos no Congresso Constituinte, mediante as divergências perante os diversos temas, concluiu que houve avanços na legislação no quesito liberdade religiosa, onde a presença marcante dos evangélicos foi visualizada, no entanto, estes, em sua maioria, posicionavam-se contra a prática do aborto, ensino religioso público confessional, contra qualquer benefício para a comunidade homossexual e também pela não descriminalização do consumo da maconha. No que diz respeito à representação dos evangélicos na Câmara dos Deputados, de acordo com Oro (1996, p.53-156), nas eleições de 1986,⁵ os evangélicos tiveram uma representação e atuação significativa na arena política. Nesse ano, foram eleitos 33 Deputados Federais evangélicos. Em 1990, foram eleitos 22. Em 1994, foram eleitos 31, chegando a 53 Deputados Federais nas eleições de 1998. Em 2000, houve um total de 59 Deputados Federais. Em 2002, conseguiram eleger-se 73. Em 2006, elegeram-se 43 e, em 2010, 64. No ano de 2014, foram eleitos 80 parlamentares. Para as eleições majoritárias, os evangélicos apoiaram Iris Rezende (PMDB-GO), que conseguiu ser eleito para o governo do Estado de Goiás (tentou ser candidato à presidência da

⁵ Oro (1996, p. 53-156) trabalha com a noção de efeito mimético; igrejas pentecostais e neopentecostais copiaram o modelo da Igreja Universal do Reino de Deus de eleger seus representantes. A estratégia é trabalhar com candidaturas oficiais, ampla exposição midiática e utilizar os fiéis como cabos eleitorais.

República nas eleições de 1989, mas perdeu as prévias internas no PMDB – seu partido até então), apoiaram Collor nas eleições presidenciais, em 1989, e outros políticos no Estado do Rio de Janeiro (Antony Garotinho [PR] e Marcelo Crivella⁶ [PRB]) para governador (MACHADO, 1996). Nas eleições de 2014, dois candidatos sustentavam a identidade evangélica, o pastor Everaldo (PSC) e Marina da Silva (PSB).

A perspectiva de Freston (1993, p.76-95) classifica em cinco fases a presença dos evangélicos na política nacional. A primeira é de 1946 a 1951, guiada pelo pastor metodista Guaracy Silveira. A segunda fase foi de 1951 a 1975, com predomínio dos presbiterianos. A terceira fase foi de 1975 a 1987, organizada pelos batistas. A partir de 1987 até 1990 foram os políticos da Assembleia de Deus e, de 1990 até os dias atuais, temos um pluralismo de evangélicos na política, com destaque para a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).⁷

Segundo Freston (1993, p.76-95), muitas das igrejas pentecostais, até a década de 1980 possuíam uma postura apolítica, ou seja, estavam preocupadas com os seus projetos evangelizadores, empreendedores e midiáticos. Porém, em 1986, formou-se a primeira bancada evangélica no Congresso Nacional, e um dos objetivos dela foi a expansão das instituições religiosas. Ideologicamente, eram diferentes e pertencentes a diversas igrejas, havendo pequena maioria da Assembleia de Deus e suas bases eleitorais distintas. Eram conhecidos como “políticos de Cristo”, e representavam os interesses de suas igrejas. Esses políticos têm origem social nas camadas populares e, como candidatos oficiais de igrejas, sua atuação parlamentar sempre possui vínculo com essa base e as filiações estão em diversos partidos (FONSECA, 2002, p.67).

Essas igrejas, para conseguirem votos dos seus fiéis, lançaram o *slogan* “Irmão vota em Irmão”. A partir dessa frase, as igrejas orientavam os seus membros a votarem em pessoas que suas respectivas igrejas apoiavam (FONSECA, 2002, p.67). A justificativa dada era a de que esses candidatos eram

⁶ Para ter o apoio eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus e o do PRB (partido ligado a essa instituição religiosa) o governo Dilma nomeou o senador Marcelo Crivella para o ministério da Pesca.

⁷ De acordo com Oro (1996), a presença dos evangélicos na política nacional, até 1945, era praticamente nula, apenas manifestava-se em algumas iniciativas individuais – o domínio pertencia aos católicos. No período getulista, com a tentativa de recatolização da sociedade, os evangélicos organizam-se e elegem Guaracy Silveira como Deputado Federal, que emite vários documentos defendendo a liberdade de culto e expressão, além de tratamento igualitário entre as religiões. De 1951 a 1987, o número de protestantes eleitos esteve entre 6 e 12 deputados (FRESTON, 1993, p. 43-105). Como forma de diálogo e da percepção dos limites da teoria do Freston, indica-se a leitura do material de Leonildo Campos (2004, p. 146-163).

os mais preparados para levar novamente a moralidade à política brasileira. Em outras palavras, os eleitores evangélicos são instruídos a depositarem sua confiança em políticos que, teoricamente, defenderiam os interesses da doutrina professada nas instâncias públicas (CAMPOS, 2004, p.146-163). Esse discurso foi uma maneira de os políticos religiosos formarem e, posteriormente, consolidarem uma base eleitoral a partir do apoio de lideranças evangélicas, que, em troca, exigiriam benefícios públicos para as suas denominações religiosas.

Essa mudança de perspectiva dos pentecostais, na ótica de Freston (1993, p.45-90), deu-se pelo fato de tais políticos acharem que a estrutura do arcabouço burocrático estatal poderia oferecer condições para a expansão de suas igrejas e, assim, diminuir a hegemonia do catolicismo na sociedade brasileira, além de aprovar leis de cunho moralistas de acordo com a doutrina de suas instituições religiosas, a exemplo da proibição do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo (PY e REIS, 2015).

Fonseca (2002, p. 58-71) ressalta que três foram as motivações que ocasionaram a participação dos evangélicos na política brasileira no final do século XX. A primeira delas foi a “Descoberta da sua forma social”, ou seja, pelo aumento do número de adeptos. A segunda foi a “Busca de legitimidade e prestígio social”, com o intuito de expansão de seus templos e influência sobre os diversos setores da sociedade. E, por último, “o acesso ao poder para facilitar a evangelização/proselitismo”. Segundo esse autor, os evangélicos intitulam-se como perseguidos, discriminados, malcompreendidos pelos meios de comunicação e marginalizados, e veem o acesso à política como forma de reverter essa imagem e advogar pela liberdade religiosa.

Nas eleições de 1989, os evangélicos entraram com força total e criticaram Lula, candidato à presidência pelo PT, por achar que o referido candidato tinha como meta de governo a implantação do comunismo, perseguição às igrejas pentecostais, acabar com a liberdade religiosa e de expressão e reconduzir o catolicismo como religião oficial do país. Por outro lado, Collor era visto como homem de Deus, honesto e culto. Em 1994, os evangélicos dividiram-se no apoio a Lula e a FHC; em 1998, apoiaram a reeleição de FHC e, em 2002, no primeiro turno, apoiaram Garotinho, no segundo, Lula (PIERUCCI, 1996).

A partir das eleições de 2002, o apoio dos evangélicos a candidatos à presidência da República tem se dividido entre diversos candidatos. Em 2006, o candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva (PT) permaneceu com o apoio da IURD e alguns segmentos da Assembleia de Deus, e com igrejas evangélicas históricas, enquanto o candidato Geraldo Alckmin(PSDB) obteve o apoio de correntes da Assembleia de Deus (REIS, 2011). Nas eleições

de 2010, o período eleitoral foi marcado pela discussão de temas religiosos, entre eles o aborto e o casamento entre pessoas de mesmo sexo. A candidata petista Dilma Rouseff foi acusada por setores evangélicos pentecostais e neopecostais e católicos tradicionalistas de defender o aborto e a destruição dos valores da família. Apenas a IURD posicionava favorável ao governo do PT e outros pequenos grupos evangélicos (PY e REIS, 2015).⁸ O candidato José Serra (PSDB) teve boa entrada nas diversas ramificações da Assembleia de Deus, e a candidata Marina Silva (até então no PV) teve apoio inicialmente do pastor Silas Malafaia.⁹

No tocante à imagem dos políticos evangélicos, em 1990, surge, o Movimento Evangélico Progressista (MEP), com o intuito de mudar o perfil do político evangélico, o qual estava com a imagem de corrupto e fisiologista. Esse movimento fomentava a ideia de um parlamentar que era conservador em aspectos teológicos e progressista na arena política, constituindo-se um bloco informal e suprapartidário. Outro órgão que foi criado, em 1991, para combater a imagem fisiológica dos evangélicos foi a Associação Evangélica Brasileira (AEVB). Fonseca (2002) afirma que a AEVB lançou o documento “Decálogo do Voto Ético”, que fornecia subsídios ao público evangélico para a escolha dos candidatos dos diversos cargos do executivo e do legislativo sem a predileção por candidato ou partido específico nas eleições e, se posicionando claramente contra o clientelismo (algo bem similar feito pela CNBB com o eleitorado católico).

Os líderes da IURD não aceitaram os direcionamentos da AEVB e criaram um organismo paralelo (com o apoio de alguns setores da Igreja Assembleia de Deus), chamado Conselho Nacional de Pastores do Brasil (CNPB), para disputar espaço com a AEVB. No entanto, a CNPB não conseguiu a

⁸ A aliança política da IURD com o PT foi apenas em 2002. Nas eleições passadas, a Igreja Universal do Reino de Deus posicionava-se contrária à candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

⁹ Segundo Borges (2007, p. 95-123), por mais que seja expressiva a votação e a eleição dos evangélicos, constitui-se um bloco não coeso. Posicionam-se e se comportam de formas diferentes nas votações. Há diferenças ideológicas (filiações em partidos de direita e esquerda) e partidárias. Segundo Fonseca (2002), nas eleições de 2004, tivemos a redução de parlamentares eleitos pela IURD – em virtude da saída do bispo Rodrigues (grande articulador político dessa igreja) –, o lançamento de obreiros desconhecidos do grande público e o aumento da articulação política de outras igrejas que lançaram os seus próprios candidatos, diminuindo, assim, o seu eleitorado. Em função dessa heterogeneidade de pensamento no meio evangélico, o autor defende a tese de que é praticamente impossível a criação de um partido evangélico brasileiro que dê conta de representar todos os segmentos desse ramo religioso.

mesma evidência social e visibilidade no meio evangélico para a mediação de assuntos políticos nas instâncias públicas e teve a sua presença esvaziada (FRESTON, 1993, p.43-105). Nesse contexto, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), fundada em 1970, pelo bispo Edir Macedo, apresentou um crescimento significativo de políticos eleitos para diversos cargos apoiados pela sua igreja (CAMPOS, 2004, p.146-163).

Conforme mostra Machado (2006), o sucesso eleitoral da IURD deu-se pelo modelo corporativista “candidatura oficial”. Seus representantes são escolhidos pelas lideranças da igreja e usam os cultos, meios de comunicação e grandes eventos religiosos para a propaganda eleitoral e *marketing* político. Outra estratégia adotada é dividir a cidade em pequenos distritos e cada distrito será destinado para um candidato da igreja fazer propaganda. Dessa forma, nenhum entra no distrito do outro e se elegem vários políticos na mesma legislatura. O comportamento parlamentar dos políticos da IURD segue as orientações partidárias e da IURD. Os políticos estão distribuídos em vários partidos e, com ampla força eleitoral, possuem grande poder de barganha junto aos partidos quando necessitam de algo (CAMPOS, 2004).

As estratégias utilizadas pelos representantes desses segmentos aproximam-se, e muito, do estilo de fazer política adotado pelo grupo de Edir Macedo: campanha em templos, transformação de fiéis em cabos eleitorais e exploração das ações sociais na conquista dos votos. Ainda que se tenha observado o acirramento da competição entre os distintos grupos, a IURD conseguiu manter o mesmo número de atores políticos representando os seus interesses na Câmara dos Deputados. Seu grande triunfo, contudo, foi a conquista de uma cadeira no Senado Federal, primeiro passo para a transformação do bispo Marcelo Crivella em uma liderança nacional (MACHADO, 2006, p. 63).

Machado (2006, p.63-80) ainda ressalta que os políticos dessa igreja são conhecidos como tementes a Deus, honestos e preocupados com os pobres. A igreja, com o seu apoio institucional, impõe-se junto aos fiéis ajudando os políticos na obtenção de votos. O candidato torna-se conhecido ou reafirma a sua boa imagem junto ao público. Em outras palavras, o sucesso da IURD nas eleições deve-se ao seu fortalecimento institucional, uso intensivo da mídia e discursos religiosos sobre os problemas sociais do Brasil, alegando que o país precisa de uma nova moral no meio público, combater a corrupção, resgatar a cidadania e expulsar o mal da política (que seriam os políticos com métodos ilícitos de administração). Para isso, o bem seria representado

pelos políticos da IURD, que conduziriam o Brasil para a moralização da vida pública e o seu desenvolvimento econômico e social.¹⁰

Outra estratégia adotada pelos iurdianos é o fato de seus políticos fazerem parte do jogo político para lutarem contra políticos *demoníacos* que estão aprovando leis e usando o dinheiro público para que a sociedade não tenha progresso e não diminua as desigualdades sociais. E a IURD foi incumbida por Deus para acabar com esse mal que está na política brasileira. Por isso, o voto passa a ter outro significado: além de ser um ato cívico, passa a representar uma arma na luta contra o *demônio* na política.¹¹ Precisa-se eleger homens bons, tementes a Deus, para que as verdades do Evangelho possam virar leis do Estado e afastar o povo do pecado. Em outras palavras, eleger o maior número de políticos evangélicos é salvar o sistema político da “escuridão do mal”. É dar passos para o sucesso da cruzada proselitista na arena política brasileira.¹²

Oro (1996, p.53-156) salienta que esse discurso sobre a ética da atuação dos evangélicos na esfera política marcou as estreitas relações entre IURD e o PT a partir das eleições de 2000. Nas atividades religiosas dessa igreja, em alguns veículos de comunicação eram proferidos discursos que afirmavam que o Partido dos Trabalhadores era sinônimo da ética, de pessoas que iriam

¹⁰ Oficialmente, neste sentido, o voto iurdiano é ressignificado: não sendo apenas um ato da cidadania do brasileiro, mas sim uma arma que as pessoas têm para vencer os maus políticos e eleger os políticos de Cristo. Estruturalmente o voto é ligado ao exercício da religiosidade iurdiana. Para suas elites religiosas votar em candidatos indicados pela IURD é ser fiel aos preceitos dogmáticos defendidos por essa corrente religiosa. Portanto, a pessoa que é fiel a essa instrução está a caminho da salvação. Isto é, na linguagem clerical votar no político religioso iurdiano é fazer a vontade de Deus para a política brasileira. Para essa visão, mostra que os leigos iurdianos não possuem poder decisório ou consultivo nas decisões administrativas dessa instituição religiosa (MACHADO, 2006, p.63-80).

¹¹ A escolha dos parlamentares que serão apoiados pela IURD é prerrogativa exclusiva da alta cúpula da igreja. Os fiéis iurdianos não são consultados nem possuem poder de deliberação dos assuntos relacionados ao envolvimento da instituição na arena política, cabendo apenas a função de executores das tarefas determinadas pelo clero iurdiano (CAMPOS, 2011, p. 504-533).

¹² Os parlamentares iurdianos atuam no Congresso Nacional suprapartidariamente. Seguem as diretrizes dos partidos que estão inseridos e as demandas solicitadas pela cúpula da IURD. Entre esses políticos há o coordenador geral. Esse líder é responsável pelas formas de articulação e estratégias que serão adotadas pelos políticos após eleitos e os candidatos que concorrem a uma vaga no período eleitoral. Por muitos anos, esse posto foi ocupado pelo bispo Rodrigues, que conduzia os trabalhos de forma autoritária, a exemplo de não deixar que os congressistas tivessem controle sobre as verbas de gabinete (MACHADO, 2006, p.63-80).

lutar contra a corrupção e o fisiologismo, elaborar projetos de lei e políticas públicas para diminuir a desigualdade social dos brasileiros.¹³

O modelo bem-sucedido de “fazer política” da Igreja Universal do Reino de Deus tem sido adotado por mais denominações religiosas. A cada eleição, pastores e leigos apoiados pelas suas respectivas igrejas, têm se filiado aos mais variados partidos políticos em busca do sucesso eleitoral. Essa adesão cada vez maior de igrejas evangélicas ao processo eleitoral e, conseqüentemente, ao seu sucesso, está relacionada com mudanças do panorama religioso vivenciado no Brasil nas últimas décadas.

Carismáticos Católicos na Política Partidária

A população católica, que segundo o IBGE era de 73,6% no censo 2000, caiu para 64,6% em 2010. Os evangélicos eram 15,4% e, agora, são 22,2% da população brasileira e também tivemos aumento dos sem religião. De acordo com os dados apresentados, percebemos a instalação da diversidade religiosa no território brasileiro. Cada vez mais denominações religiosas se fazem presentes no interior da sociedade com o objetivo da expansão de suas atividades e da conquista de novos membros. Isto é, a cada década, percebe-se a perda gradativa da supremacia católica e o surgimento da pluralidade religiosa, com destaque para o crescimento dos pentecostais e sem religião.¹⁴

De acordo com Oro (1996, p.83-94), as autoridades católicas, preocupadas com a perda de milhares de adeptos para outros credos religiosos, a partir do final do século XX, iniciaram uma série de pesquisas, elaboração de seminários, debates e reuniões entre os bispos para terem um maior entendimento do fenômeno da diversidade religiosa, das razões que levaram à perda de fiéis e para traçar metas para reter a saída de mais pessoas da

¹³ As relações políticas entre PT e IURD nem sempre foram harmoniosas. Até as eleições de 2000, o PT era ridicularizado pelo clero iurdiano. Diziam que os petistas militavam contra os valores cristãos, contra a liberdade religiosa e influência pelo comunismo (CAMPOS, 2011, p. 504-533).

¹⁴ “Entre 1980 e 2010, os católicos declinaram de 89,2% para 64,6% da população, queda de 24,6 pontos percentuais, os evangélicos saltaram de 6,6% para 22,2%, acréscimo de 15,6 pontos, enquanto os sem religião expandiram-se num ritmo ainda mais espetacular: quintuplicaram de tamanho, indo de 1,6% para 8,1%, aumento de 6,5 pontos. O conjunto das outras religiões (incluindo espíritas e cultos afro-brasileiros) dobrou de tamanho, passando de 2,5% para 5%. De 1980 para cá, portanto, prosperou a diversificação da pertença religiosa e da religiosidade no Brasil, mas se manteve praticamente intocado seu caráter esmagadoramente cristão.” Ainda, Freston ressalta que, no Brasil, não existe um pluralismo religioso e sim um pluralismo cristão. Nos últimos anos surgiram novos movimentos religiosos que têm raízes cristãs, mas tivemos pouco aumento nas filiações de instituições religiosas não cristãs. O autor ainda diz que esse fenômeno é típico na maioria dos países da América Latina (FRESTON, 2011, p. 15).

Igreja Católica. A partir desses estudos, três estratégias foram adotadas: o retorno à devoção, o incentivo ao uso dos meios de comunicação e o apoio à Renovação Carismática Católica.

O retorno às devoções implica incentivo às venerações aos santos e a Maria, romarias, festas populares, novenas, rituais de bênçãos de objetos, peregrinações, turismo religioso, terços em famílias, procissões, missas campais realizadas em ginásios e estádios, realização de projetos sociais, valorização de símbolos e ampliação da participação dos leigos nas atividades católicas. Houve renovação dos rituais católicos, as liturgias tornaram-se mais dinâmicas – com a inserção de cânticos animados de diversos ritmos e a adoção de uma linguagem mais simples e objetiva, feitos pelo episcopado.

A investida aos meios de comunicação tem sido muito corriqueira no dia a dia das paróquias católicas. No final da década de 1990, surgem emissoras de sintonia aberta para todos os Estados do país, a exemplo da TV Canção Nova e TV Século XXI (ligadas ao movimento carismático), Rede Vida de Televisão e TV Aparecida, além de outras emissoras de alcance regional. Centenas de emissoras de rádio AM e FM foram criadas e emissoras seculares abriram espaço em sua programação para programas católicos. Cabe destacar o programa diário do padre Marcelo Rossi, veiculado pela Rádio Globo e líder de audiência em várias localidades do país, e a missa dominical transmitida pela Rede Globo nacionalmente nas manhãs de domingo (HÉBRARD, 1992, p.9-11; CAMURÇA, 2001).

Além disso, surgem jornais, revistas, *sites*, redes sociais, editoras e gravadoras. Segundo Souza (2001, p.35-60), dioceses investiram em *marketing* e atividades empresariais em suas regiões, com o intuito de aumentarem as suas receitas, garantir presença católica nos diversos espaços midiáticos e na conquista de novos adeptos. A Igreja Católica passa por processo de profissionalização das suas atividades gestoras. Bispos apoiaram as atividades da Renovação Carismática Católica, pois viam nesse movimento o desenvolvimento de ações que poderiam atrair novamente as pessoas para as atividades católicas (REIS e PY, 2015). No entanto, Oro (1996, p.53-80) ressalta que muitos clérigos progressistas e conservadores posicionaram-se contra os carismáticos, argumentando que estes se aproximavam da doutrina dos protestantes e poderiam criar uma nova igreja, e que não estavam preocupados com as questões socioeconômicas da população. Como resultado desse embate, em 1994, foi lançado, pela CNBB, um documento que regulamentou a ação da RCC e de todas as dioceses do Brasil.

Paralelamente a essa reação católica frente à expansão dos outros grupos religiosos, ocorriam, no interior dessa igreja, mudanças significativas que se acentuaram após o fim do Concílio Vaticano II (1962-1965). Na década de

1960, a Igreja Católica enfrentava várias dificuldades com a expansão do secularismo, do comunismo, do modernismo, do ateísmo, e com o crescimento de outras instituições religiosas (LOWY, 1995, p.67-69). Nesse contexto de fortes transformações nos valores e cultura política das sociedades, a Igreja Católica convocou o concílio e promoveu algumas reformas. Entre as transformações ocorridas, temos a valorização da atuação do leigo nas atividades da igreja e a reforma litúrgica.

O clero passa a celebrar as missas na língua do país (não mais em latim), e de frente para as pessoas (não mais de costas). Incentivou-se a prática do ecumenismo, a preocupação com os direitos humanos, os projetos sociais voltados para os pobres (visando diminuir a desigualdade social), a preocupação com a questão ecológica, a globalização, a inserção nos meios de comunicação, a defesa da tradição católica, entre outros pontos.

A partir das decisões tomadas no Concílio Vaticano II, várias tendências católicas fundamentaram as suas ações a partir desses pressupostos. Contudo, duas se destacam no interior da Igreja Católica: os conservadores e os progressistas. Os progressistas conseguem expressividade na Igreja Católica nas décadas de 1960 e 1970, nos pontificados dos papas João XXIII (1958-1963), Paulo VI (1963-1978) e João Paulo I (1978). Os militantes católicos progressistas estão preocupados com a situação social vivenciada pelas camadas pobres do mundo. Influenciados por pressupostos sociais, propõem ações de transformação social, reinterpretação das passagens bíblicas e reformas estruturais no catolicismo romano. O grande expoente da ala progressista católica foi a Teologia da Libertação e, no Brasil (CEBs – LOWY, 1995, p.79-120).

Em 1978, a ala conservadora consegue eleger o papa João Paulo II (1978-2005). Ressalta-se que o pontificado foi marcado pela restauração da ala conservadora na direção da igreja. Uma dessas medidas foi a nomeação do então cardeal Joseph Ratzinger (atual emérito papa Bento XVI) para presidir a Congregação da Doutrina da Fé (setor que regula assuntos relacionados à doutrina católica), ex-tribunal do Santo Ofício, que foi responsável pela Inquisição. Uma das ações dessa Congregação foi a elaboração de documentos contrários à atuação da Teologia da Libertação, culminando no silenciamento de lideranças, a exemplo de Leonardo Boff (LOWY, 1995, p.65-86). Entre as ações, houve a exposição da imagem do papa na mídia, a ordenação de bispos da ala conservadora, a reforma nos seminários, a redivisão das dioceses. Outro fator fundamental foi o fortalecimento do poder da Cúria Romana acima das confederações nacionais e regionais dos bispos, redundando no reforço da tradição da igreja.¹⁵

¹⁵ Em 1989, o papa João Paulo II interfere na diocese de São Paulo. A diocese é dividida em seu território para o surgimento de outras dioceses. Tal medida foi adotada para enfraquecer as ações da teologia da libertação, sob o comando de Dom Paulo Evaristo Arns (LOWY, 1995, p.79-120).

O pontificado do papa João Paulo II incentivou expansão de movimentos criados por leigos que tivessem alinhamento com a hierarquia católica, com o intuito de trazer novos fiéis para o catolicismo. Ou seja, esses movimentos contariam com maior participação dos leigos nas atividades católicas com a supervisão do clero. Um exemplo desses movimentos é a Renovação Carismática Católica (CAMURÇA, 2001, p.169-186). Nesse contexto de transformações no interior da Igreja Católica, de acordo com Prandi (1996, p.201-205), o catolicismo investiu na Renovação Carismática Católica. Esse movimento católico pode ser pensado em uma *dupla reação*: uma delas, para forado catolicismo, isto é, tendo como principal adversário os evangélicos pentecostais e de outros grupos religiosos, a RCC seria uma maneira de minar o crescimento desses religiosos e, simultaneamente, evitaria a perda maior de católicos; a outra reação seria *para dentro* da própria igreja, tentando enfraquecer os adeptos de posições de esquerda católica (LOWY, 1995, p.79-120).

A Renovação Carismática Católica, de acordo com Carranza (2000, p.67-92), surgiu nos Estados Unidos, na década de 1960, em um retiro feito por docentes e universitários, que tinham como meta vivenciar um catolicismo que propiciasse uma renovação espiritual. Influenciado pelo avivamento protestante, esses católicos começaram a orar em línguas estranhas e em nome do Espírito Santo. O movimento foi chamado, inicialmente, de pentecostalismo católico, e tinha por característica o uso dos dons carismáticos – oração em outras línguas, exorcismos, curas e milagres (HÉBRAD, 1992, p.9-11). Em outras palavras, uma das finalidades dos carismáticos era levar os seus membros à “Efusão do Espírito Santo” (PRANDI, 1998). A RCC chega ao Brasil no início da década de 1970, por meio dos padres jesuítas Eduardo e Haroldo, que, a partir de Campinas, propagam o movimento para todo o território nacional. De acordo com Prandi:

O crescimento da RCC foi tão rápido, já no ano seguinte de sua fundação, um congresso nacional realizado nos Estados Unidos reunia uma centena de pessoas. Logo se fez o primeiro congresso internacional e muitos nacionais pelos mais diferentes países. A RCC se alastrava aparentemente sem maiores obstáculos. Em 1974, no segundo congresso internacional, participaram mais de trinta mil pessoas, vindas de 25 países. Calcula-se que a RCC já atingia, nessa época, cerca de oitocentos mil membros espalhados pelos quatro cantos do mundo (PRANDI, 1998, p. 70).

A experiência da “Efusão do Espírito Santo” é vivenciada no Grupo de Oração Carismático, sendo a estrutura base desse movimento, organizado,

geralmente, nas paróquias, e liderado por leigos. Eles são formados por um número variado de pessoas, em reuniões que acontecem semanalmente, essas são bem animadas, com muitos cânticos de louvores a Deus, a Maria e aos santos da igreja (JURKEVICS, 2004, p.121-134). As orações são centradas na figura do Espírito Santo, pois se acredita que esse é o meio eficaz para as bênçãos de Deus. Conforme mostra Carranza (2000, p.45-56), as reuniões de orações são compostas de muita emoção, animação, solidariedade, ajuda psicológica e pregações (SILVEIRA, 2014). Nesse sentido, a RCC consegue amortecer as aflições emocionais e materiais perante os problemas psíquicos e sociais:

Em primeiro lugar, pela capacidade da RCC vem mostrando de entrar em sintonia com o imaginário mítico miraculoso, presente na religiosidade popular. Utilizando-se de recursos religiosos (cura, libertação, milagre, exorcismo) e incorporando habilmente elementos subjetivos (emoção, sentimento, conforto, tranquilidade), os carismáticos conseguem amortecer a aflição sofrida pelos fiéis diante de realidades sociais caóticas, nas quais as agências seculares (Estado, escola, direito, saúde...) estão cada vez mais ausentes. Na RCC, o fiel encontra recursos que o ajudam a suportar o atrito da vida cotidiana, como o atestam os inúmeros testemunhos de cura escutados nos cultos de libertação (CARRANZA, 2000, p. 57).

Para a divulgação e expansão do movimento, desde o princípio, os integrantes da Renovação Carismática Católica, para melhor promover suas atividades, sentiram a necessidade de organizarem-se, contando com equipes de âmbito local, regional, nacional e internacional (JURKEVICS, 2004, p.121-134). No nível regional, cada diocese possui um coordenador responsável pelas atividades do movimento naquela região, este, por sua vez, é subordinado a um coordenador estadual, e o último, a um coordenador nacional. Independente do âmbito da regionalização, cada coordenador conta com um grupo seletivo de membros de sua confiança para ajudar na administração e orientação do movimento, ou seja, cada liderança do movimento possui o seu conselho, que a auxilia nas tomadas de decisões (PY e REIS, 2015).¹⁶

Jurkevics (2004, p. 121-134) mostra que a organização burocrática e institucional do movimento transcende o Brasil. A RCC na América Latina organiza suas atividades e atende às suas necessidades por meio do Conse-

¹⁶ Além dos grupos de oração, a RCC tem comunidades carismáticas, que são instituições autônomas e realizam um trabalho específico na sociedade, por exemplo, com dependentes químicos e/ou alcoólatras, visitas a orfanatos, creches, presídios, escolas, bairros pobres, entre outros. Essas comunidades agregam pessoas que largam a sua família, trabalho e outras atividades para se dedicarem às atividades religiosas, e os membros de aliança que são pessoas que ajudam nas atividades religiosas, mas permanecem ligadas a atividades seculares.

lho Carismático Católico Latino-Americano (Conclat), sediado em Bogotá, na Colômbia. Internacionalmente, existe a ICCRS (International Catholic Charismatic Renewal Services), em funcionamento desde 1970, na cidade de Roma, na Itália. A ICCRS é o Conselho deliberativo da RCC, constituído por um presidente, um vice-presidente e doze conselheiros representativos das diferentes realidades da Renovação Carismática Católica e das zonas geográficas nas quais está presente. Para realizar suas funções, o Conselho é acompanhado por um bispo, em qualidade de assistente espiritual. A atuação das decisões do Conselho é centralizada em um escritório, guiado por um diretor executivo encarregado da administração, que atua sob a supervisão do presidente e com base nas orientações dadas. O Conclat e os Conselhos nacionais, estaduais e diocesanos seguem o mesmo modelo.

Carranza (2000, p.57-68) salienta que a RCC, em virtude da sua organização estrutural, tornou-se extremamente centralizadora, burocrática e institucionalizada. Essa forma de organização permite melhor controle de suas atividades, possibilitando o desenvolvimento de estratégias de expansão, elaboração de formações para fortalecer os grupos de oração e outras atividades, além de submissão a instâncias eclesiais. Bispos e padres têm investido em suas dioceses em eventos da RCC que costumam atrair centenas de pessoas. Entre esses, estão: *shows* musicais, projetos sociais, retiros, missas de cura, cenáculos, congressos e inserção nos meios de comunicação.

Camurça (2009, p.169-186) salienta que foi por meio das ações da Renovação Carismática Católica que o catolicismo intensificou a sua presença na mídia. Em termos práticos, ocorreu o ajustamento do conteúdo católico com os avanços tecnológicos. Emissoras de TV, rádio, portais da *internet* e outras formas de comunicação utilizam uma linguagem simples, rápida, equipamentos dos mais avançados e modernos na construção de seus programas para atrair cada vez mais fiéis dentro de uma lógica de mercado extremamente competitiva (CARRANZA, 2000). Para isso, as mídias católicas elaboram programas atrativos com jogos, músicas para todos os públicos, debates, programas de auditórios interativos, pregações, missas, momentos marianos para que o fiel, em sua casa, possa ter contato com a doutrina.¹⁷

Uma das emissoras mais conhecidas pelos católicos foi fundada pelo Pe. Eduardo Dougherty, cujo nome é Século XXI da Associação do Senhor Jesus (ASJ). Partindo da venda de material religioso, como livros de formação

¹⁷ Camurça denominará a RCC como moderna tradição. Moderna justamente por desenvolver novas metodologias e linguagens para as atividades católicas. Tradicional pelo seu conteúdo de remeter e defender os dogmas tradicionais da Igreja Católica. Dito de outra forma, os carismáticos são uma das vertentes do conservadorismo católico (CAMURÇA, 2001, p. 169-186).

e de cânticos, busca atingir a realização de programas de TV. Em seguida, foi criado o programa “Anunciamos Jesus”, que, em 1986, já cobria 60% do território nacional por meio de três redes de TV. A partir de 1990, a ASJ fundou o Centro de Produções Século XXI, que possui três grandes estúdios de TV, nas cidades de Valinhos, São Paulo e Campinas. Também destaca-se, nos meios de comunicação, a Comunidade Canção Nova. Iniciada em 1974, na cidade de Lorena, a Comunidade adquiriu uma Rádio em 1980, em Cachoeira Paulista e, mais adiante, em 1989, conseguiu uma concessão de TV. Por intermédio da Fundação João Paulo II, a Rede Canção Nova TV é o canal católico que mais cresce no Brasil, possui retransmissoras em todas as regiões do país, e está também presente na Itália e em Portugal.¹⁸

Em 1995, foi fundada a Rede Vida de Televisão, na cidade de São José do Rio Preto. Tal canal de televisão sedestaca no universo católico pela exibição, ao vivo, das missas *shows* do padre Marcelo Rossi e das novelas do Divino Pai Eterno, do padre Robson de Trindade, no Estado de Goiás, programas musicais de cantores da RCC e, atualmente, aos domingos, exhibe o programa “Força Jovem”, da Comunidade Católica Carismática Shalom (CARRANZA, 2000).

De acordo com Prandi (1996, p.53), um dos objetivos da RCC é a renovação interior do indivíduo, sua conversão pessoal ao catolicismo. Depois que a pessoa passou por esse processo, está apta para atuar no campo político e social. A mudança social e política, na visão dos carismáticos, começa a partir da modificação de vida das pessoas e não por uma transformação inicial das estruturas sociais e políticas do país. Nesse contorno, há uma preocupação com a moral da família do indivíduo, e o desinteresse por assuntos sociais é uma forma de diminuir a movimentação da esquerda católica, representada fortemente pelas Comunidades Eclesiais de Base, que reduz cada vez mais sua influência na década de 1980 (LOWY, 1995, p.96).

Com a redemocratização do Brasil, e a volta do multipartidarismo, os militantes das CEBs descobrem, na política partidária, uma nova forma de participação política e um possível espaço para a busca da concretização dos seus ideais junto ao Estado.¹⁹ Portanto, em 1979, temos a formação do

¹⁸ A TV Canção Nova possui 24 horas de programação para difundir a identidade carismática e os valores católicos. Catequese, musicais católicos, missas, terços, novenas, acampamentos de oração, novelas, filmes, seriados, programas de entrevistas e de auditório fazem parte da programação dessa emissora. Carranza diz que a TV Canção Nova é a paroquialização midiática (CARRANZA, 2000, p. 90).

¹⁹ De acordo com os estudos de Prandi (1996), no interior do catolicismo, vivia-se uma que-rela entre os dois movimentos. De um lado, os carismáticos defendiam uma religiosidade mais institucional, enfocando a vida sacramental, oracional, subjetiva e acreditando que os valores conservadores seriam as soluções para os principais problemas vivenciados pelas

Partido dos Trabalhadores – PT –, liderado pelo ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que ajudou essa agremiação partidária a ter como ponto forte a defesa dos interesses dos trabalhadores (LOWY, 1995, p.96-104).

A participação católica nos partidos políticos, no período da redemocratização do Brasil, não se deu apenas pelo PT com representantes da ala progressista. Políticos ligados a movimentos conservadores, como a Opus Dei, Tradição, Família e Propriedade (TFP) e leigos ligados a bispos conservadores se fizeram representar em vários partidos e participaram das discussões nas comissões da Constituinte para a elaboração da Constituição de 1988 (FRESTON, 1993).

De acordo com Freston (1993, p.76-93), a bancada católica foi composta por 33 nomes, próximo à bancada evangélica. Alguns desses políticos são: o ex-governador de São Paulo Mário Covas, o ex-Deputado Federal José Maria Eymael, o ex-Deputado Federal Severino Cavalcanti, ex-Senador Marco Maciel, o atual governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o ex-governador de São Paulo Franco Montoro. Os políticos supracitados defendiam posições acerca da defesa da família, da propriedade privada, contra o aborto e casamento entre pessoas do mesmo sexo e favoráveis à manutenção dos privilégios da Igreja Católica. Alguns desses políticos, em 1988, ainda são as principais lideranças fundadoras do PSDB, após a dissidência com o PMDB. Em função do ideário conservador e com interesses de expansão de suas atividades, os carismáticos adentram o cenário político e elege os seus primeiros representantes no início da década de 1990, pelo PSDB (PRANDI, 1998).

De acordo com Carranza (2000), a participação da RCC no cenário político se deu principalmente pela participação partidária. O primeiro parlamentar eleito como Deputado Federal (pelo Estado de Minas Gerais), no início da década de 1990, foi Osmânio Pereira (PSDB/MG), então coordenador

pessoas. De outro lado, as CEBs, afinadas com políticas progressistas, acreditavam que a religiosidade deveria pautar-se numa militância político-social que proporcionasse ao fiel melhorias em sua vida, principalmente no âmbito socioeconômico. Essa divisão estava presente nos padres e bispos da América Latina. O autor traz, no seu texto, uma Tabela com o voto dos grupos religiosos à presidência da República em 1994 (Dados retirados do Datafolha). Conclui-se que 49,5% dos carismáticos votaram em FHC e 31,2% das Cebes votaram em Lula. Em outra tabela (taxa de rejeição FHC e Lula, em 1994), o autor nos mostra que 49% dos carismáticos rejeitavam Lula, enquanto FHC era o mais rejeitado pelos adeptos das Cebes. A explicação para a postura do voto e a rejeição dos candidatos pelos grupos deve-se ao fato de que Lula tinha uma candidatura mais inclinada à esquerda, e isto atrairia o voto das Cebes. Historicamente, o PT e as Cebes possuem pontos em comum de militância, tendo, portanto, uma aproximação ideológica. FHC possuía uma candidatura mais inclinada à direita, agradando mais à classe média (a maioria dos carismáticos provém da classe média), pela defesa da educação formal e garantia de privilégios sociais.

nacional do movimento. Em Campinas, foi eleito Salvador Zimbaldi (nesse período, no PSDB/SP) – pregador e coordenador da RCC local, apoiado pelo padre Eduardo (dono da emissora de TV Século XXI) – como vereador, em 1988 e 1994, e Deputado Federal nas eleições seguintes. Outros políticos expressivos na RCC elegeram-se em seus primeiros cargos pelo PSDB: ex-vereador e atual Deputado Federal Gabriel Chalita (eleito vereador pelo PSDB/SP, em 2010), ex-Deputado Federal Miguel Martini, entre outros. A RCC utiliza cartilhas e eventos para orientações políticas, abre espaços em seus grupos de oração e meios de comunicação para a propaganda dos políticos, além de dar apoio explícito a certos candidatos.

Inicialmente, existia um desinteresse, por parte dos líderes da RCC, pela participação política dos seus membros. Quando esses entravam no cenário político, rejeitavam a proposta de luta política da ala progressista da igreja e optavam pela via partidária com posições políticas conservadoras. A RCC conseguiu eleger Deputados Federais e Estaduais, vereadores e prefeitos em vários Estados do Brasil. Senna (2008, p. 54-74) faz um mapeamento dos candidatos eleitos pelo apoio da RCC ao longo desses anos:

A estratégia do movimento carismático elegeu candidatos, mas o espectro político é variado, mas predomina o espectro de centro-direita. Em Minas Gerais, ainda em 2006, existiam os seguintes deputados: Osmânio Pereira (federal) e Miguel Martini (estadual), ex-líderes da RCC, que migraram do PSDB para o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em São Paulo, Salvador Zimbaldi (deputado federal, PSDB), César Quirino (deputado federal, Partido Verde). No Rio de Janeiro até 2005, Carlos Dias (PP), autor da lei que “esquarteja” o ensino religioso por confissão religiosa. Há também uma pequena presença de políticos ligados ao movimento carismático até em partidos como o PSB e o PT. Em outro nível, a RCC, por ser um movimento fortemente implantado a partir das paróquias e dioceses, tem elegido alguns vereadores com relativo sucesso: Antônio Bueno, em Curitiba (PR), Francisco Pereira da Silva, Unai (MG); Carlos Zito, em Maringá (PR). Em Juiz de Fora, o candidato apoiado pela RCC, em uma estratégia que deixou conflitos, como a unificação em torno de algumas candidaturas, com apoio cerrado das lideranças carismáticas, chegou a obter em torno de 1100 votos, mas não foi eleito (SENNA, 2008, p. 45).

Com a candidatura de várias lideranças a cargos políticos, em 1995, a RCC organizou a Secretaria Matia, que seria uma comissão responsável por organizar as questões relativas à RCC e à política no plano nacional. De acordo com Reis (2011), a comissão foi rotulada, nos anos 2000, como Ministério

Fé e Política (MFP), e tinha por finalidade incentivar os seus membros a participarem da política partidária, desenvolver trabalhos de conscientização do voto e lutar pela ampliação de benefícios para o catolicismo, além de ajudar as comunidades com orientações no período eleitoral, e campanhas educativas – preservação da ecologia, ética e direitos humanos – luta pela cidadania, evangelização no meio político, projetos sociais, seminários à luz da Doutrina Social da Igreja (PROCÓPIO, 2012, p.14-19).

Carranza (2000, p.67-104) destaca que o sucesso eleitoral dos candidatos da RCC está relacionado com o fato de que os grupos de oração são usados como palanques eleitorais, e os líderes da RCC, entre eles, o padre Eduardo, ensinam que os católicos precisam de representantes na política para defender os interesses da igreja, e que cristão vota em cristão. Um dos interesses da igreja consistia na obtenção de uma concessão de TV para a Comunidade da Associação do Senhor Jesus, em Valinhos, para a retransmissão do conteúdo católico.

Ozai (2007, p.1-11) aponta que houve uma mudança política da RCC, com a inserção gradativa dos católicos carismáticos na política partidária. Isto é explicado por dois motivos: o primeiro seria a própria pressão do clero católico, dos agentes da ala progressista, dos documentos católicos incentivando os católicos a se engajarem politicamente; o segundo motivo seria que as próprias lideranças da RCC, por iniciativas individuais, candidatavam-se a cargos eletivos, ganhavam e ainda tinham uma expressão significativa de votos. Como foram vários os eleitos e candidatos ligados à RCC, o movimento viu-se obrigado a organizar diretrizes nacionais para regulamentar a participação de seus membros na política.

Analisando as cartilhas, os documentos e as entrevistas sobre as orientações políticas da RCC, Ozai (2007, p.1-11), conclui-se que os direcionamentos ensinam os católicos a defenderem os interesses do bem comum (entende-se por bem comum os direitos e deveres do gênero humano). Em outras palavras, o fiel, em âmbito público, precisa defender os interesses de todos. E esses interesses estão ligados à recuperação da “moralidade” da vida pública, à conversão dos políticos, e à implantação dos direcionamentos da Doutrina Social da Igreja²⁰ (SENNA, 2008, p.54-74). A noção de política entendida por esse grupo, de forma teórica, equivale à luta pela cidadania, à participação política dos seus membros e outras atividades de conscientização política. No exercício prático, a participação política tem se reduzido apenas à política partidária, com o intuito de eleger os seus representantes.

²⁰ A Doutrina Social da Igreja consiste no posicionamento da Igreja Católica em torno de temas sociais, formado por um conjunto de ensinamentos encontrados nas encíclicas e nos pronunciamentos dos papas – tendo sua origem conexão com os primórdios do cristianismo (PY, 2015, p. 11-14).

De acordo com Miranda (1999, p.23-29), no regimento nacional da RCC, é vetada a associação de sua imagem a qualquer partido político – assim, a iniciativa das candidaturas é de caráter pessoal do político. No entanto, alguns candidatos, no período das eleições, utilizam os seus grupos de oração e outras atividades promovidas pelo movimento, como espaços para propaganda política, e, ainda, contam com a ajuda de outros católicos carismáticos, como cabos eleitorais. Podemos observar tal ocorrência na trajetória política do carismático Paulo Mindello como vereador na cidade de Fortaleza. Miranda salienta que Mindello escolheu o PSDB para a sua candidatura, em função da ampla estrutura do partido, por sugestão do bispo de Fortaleza e por acreditar que, dentro do partido, poderia mudar algumas de suas posturas anticristãs. Percebe-se que, nos encontros da RCC, Mindello constrói uma imagem, por meio de suas palestras e dos jornais distribuídos, ou reafirma as suas características de homem honesto, trabalhador, temente a Deus, conhecedor da realidade dos pobres e da doutrina cristã, com habilidades políticas e sem corrupção.

Pode-se observar essa relação do político e do religioso em quatro eventos promovidos pela RCC do Ceará, com participação de Paulo Mindello. O primeiro foi no lançamento de seu livro, em um colégio confessional católico, onde estavam presentes diversas lideranças da RCC local e várias pessoas da classe média. O evento enfatiza a importância da candidatura de Mindello, seus feitos e suas qualidades pessoais e de político. O segundo evento foi em Messejana, em um salão da igreja. Dentro da RCC, Mindello participa como autor de vários livros de fé e política e pontos doutrinários do catolicismo; viaja pelo Estado ministrando palestras e cursos de formação a respeito de diversos assuntos, além de coordenações. Na propaganda feita, reafirma ser o político que investiu em projetos de leis nas áreas de saúde, urbanização das favelas, geração de empregos e fiscalização do dinheiro público. No total, propôs 175 projetos de lei e participou de três CPIs. Esses dados são passados nos eventos feitos pela RCC por todo o Estado do Ceará e entre as classes sociais, baixa e média (MIRANDA, 1999, p.45-54).

Segundo Miranda (1999, p.56-90), os políticos católicos carismáticos candidatavam-se por diversos partidos e por iniciativas pessoais. No entanto, o ex-Deputado Federal Miguel Martini (PHS/MG), em 1996, sai do PSDB e, com outras lideranças políticas, cria o Partido da Solidariedade Nacional (PSN) (em 2000, passa a chamar-se PHS). A autora ressalta que Martini era uma das expressões mais influentes nesse partido, que tinha o objetivo de aglutinar todas as candidaturas carismáticas. As ideias contidas no estatuto do PHS são baseadas na Doutrina Social da Igreja Católica. Dito de outra forma, tendo um partido organizado sob a égide de um ideário católico, este

poderia atrair a candidatura dos carismáticos de todas as regiões do país, promover o crescimento do PHS em todo o território nacional, e ter o apoio dos clérigos, formando, assim, um –partido carismático”.

Machado (2006, p.78-98) fala que o crescimento do PHS, sobretudo em Minas Gerais e Ceará, deu-se pelo trabalho político realizado por líderes carismáticos. Como exemplo, Miguel Martini, com outras lideranças da RCC, ocupam cargos administrativos e da diretoria do PHS, e esse político andou por várias cidades do Estado de Minas Gerais, fortalecendo ou implantando o partido. Isso ocorre a partir do estreitamento de alianças com lideranças políticas locais e com os conselhos diocesanos da RCC. A ideia é inserir na coordenação das regionalidades do PHS membros ativos do pentecostalismo católico, com o intuito de preservar a intrincada relação do DSI com o estatuto do partido e, ainda, manter a relação direta com o movimento (PY e REIS, 2015).

O crescimento do PHS em todo o Brasil, sobretudo nos Estados supracitados, tem possibilitado uma crescente estrutura partidária, exposição midiática, força política e alianças para a atuação dos seus filiados. Nesse sentido, os membros desse partido, que estão ligados umbilicalmente com a RCC, de alguma forma, passam a ser porta-vozes na esfera pública. Miranda desvela que o apoio dos carismáticos católicos na maneira de agir politicamente e na organização do PHS tem o intuito de representar seus interesses (de ordem social e política) junto às repartições do Estado (MACHADO, 2006, p.56-65).

Machado (2006, p.78-98), analisando a atuação desse partido frente aos projetos de lei, conclui que o posicionamento e as estratégias de atuação estão sempre ligados aos valores e direcionamentos defendidos pela Igreja Católica e pela Renovação Carismática Católica. O PHS posiciona-se contrário à legalização do aborto, ao casamento de homossexuais e à permissão de adoção a eles, contra a eutanásia, os métodos contraceptivos e o erotismo. Luta por investimentos nas áreas sociais e pela intervenção do Estado na economia (LUNA, 2013, p.71-93). No entanto, por mais que o PHS defendesse interesses dos católicos, muitos políticos preferiram não mudar de partidos. Isso pode ser explicado pela divergência de ideias entre os próprios políticos vinculados à RCC e os vários partidos interessados no eleitorado carismático que investem nas candidaturas desses políticos, não precisando, assim, trocar de agremiação partidária. Não é qualquer membro da RCC que terá apoio do movimento nas disputas eleitorais. O candidato precisa ter pré-requisitos para que se oficialize esse apoio, de acordo com o manual produzido pelos carismáticos:

(...) ter conhecimento e compromisso com a Doutrina Social Cristã a fim de defender os valores cristãos contra projetos que ferem o direito, a cidadania e a vida como: aborto, pena de morte, entrega do patrimônio público ao poder econômico, leis que provocam desemprego estrutural, etc; Ser capaz de se posicionar contra todas as formas de injustiças sociais, denunciando-as e se opondo a elas nas votações, mesmo que lhe custe a perda de espaço político no partido e junto ao poder executivo; Ter um conselho representativo que possa orar, discernir e contribuir diretamente nas decisões políticas do mandato, utilizando-se dos carismas e sinais tão amplamente utilizados na caminhada de fé de conselhos, ministérios e comunidades ligadas à espiritualidade da RCC. Por isso, o candidato deverá indicar seu conselho e assumir o compromisso de reunir-se com ele, pelo menos uma vez por mês, para acompanhamento do mandato; ter participação, contribuição e Unidade com a Igreja e a RCC na diocese, com pelo menos 5 anos de caminhada nos Grupos de Oração e Evangelização em Comunidades ligadas ao Movimento (NASCIMENTO, 2006, p. 79).

De acordo com as diretrizes da Renovação Carismática Católica, todos os candidatos recrutados serão acompanhados por um Conselho, este deverá ser composto por indivíduos pertencentes ao movimento e indicados pelo coordenador geral da RCC. Desde a elaboração dos discursos políticos, a criação dos santinhos, as estratégias de *marketing*, a atuação junto aos partidos, as formas de propaganda, a exposição midiática, o controle financeiro, a formação de coligações e até mesmo outras formas de aconselhamento são medidas adotadas entre o candidato e os seus acompanhadores em reuniões mensais. Esses acompanhamentos se darão após as eleições, caso o candidato seja eleito, para fiscalização de suas ações na arena política (SOUZA, 2001, p.35).

Nas eleições de 2010, os católicos carismáticos posicionaram-se contrários à candidatura da atual presidente Dilma Rousseff. Argumentavam que tal candidata defendia o aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo e valores contra a família tradicional. Manifesto nas redes sociais, missas e nos meios de comunicação pediam para que não se votasse na candidata petista. Dito de outra forma: a instauração de uma metodologia de acompanhamento de seus políticos no processo eleitoral brasileiro consiste em uma estratégia da RCC de regular e fiscalizar as atividades dos seus acompanhados. Isto é, na prática, quando o Conselho elabora direcionamentos a ser executados pelo seu representante, significa o controle da RCC no mandato do político ou da campanha eleitoral do candidato, evitando, assim, que o mandatário trace ações de acordo com os seus interesses em detrimento dos interesses da própria RCC (ORO, 1996, p.34). Com a inserção dos políticos evangélicos, sobretudo pentecostais, na esfera política após a redemocratização, a Igreja

Católica, gradativamente, viu cair sua influência na política nacional. Da mesma forma que o apoio à RCC em suas atividades evangelizadoras em todos os segmentos da sociedade, a política não ficou de fora dessas estratégias e essa situação é perceptível por meio das várias inserções da RCC na arena política (SOUZA, 2001).

Conclusões parciais

Finalmente, no texto evidenciamos dois momentos distintos, que estão diretamente implicados. No primeiro momento, destacamos o dado pentecostal e neopentecostal a partir do desenvolvimento da estrutura religiosa e suas relações com a política brasileira concomitantemente com a redemocratização brasileira. No segundo momento, focalizamos o desenvolvimento do movimento da RCC, e suas mais recentes implicações na política brasileira. Percebe-se que a cada eleição os carismáticos desenvolvem estratégias na política partidária para eleger os seus representantes.

Vimos uma mudança da logística política da estrutura religiosa católica, que mais recentemente, na prática, vem utilizando o espaço religioso na construção do sucesso eleitoral de seus candidatos da RCC, por meio de grupos de oração e até das próprias lideranças católicas, que ensinam aos leigos a necessidade de ser mais bem representadas na política para defender os interesses da igreja. Enfim, defendeu-se no artigo que há um processo em curso de profissionalização político-religiosa (impensável até então da Igreja Católica) a partir da atuação da RCC somando na política mais um dos tentáculos da estrutura religiosa romana (BOURDIEU, 2001, p.43-99; RIVERA, 2014, p.204-219). Uma reviravolta de 180 graus na forma de atuação política da Cúria Romana no país.

A partir da atuação desses dois grupos religiosos na política partidária, percebemos que a laicização do Estado brasileiro sofre algumas modificações. A cada eleição que passa corre-se o risco das leis nacionais advogarem em causa de algumas instituições religiosas, e assim retardaremos a consolidação da neutralidade religiosa defendida pelos liberais.

Referências

- BORGES, T. D. P. Representação política e a presença dos evangélicos na política partidária. São Paulo: Dissertação Mestrado em Ciência Política, USP, 2007.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.
- BURITY, J. e MACHADO, M. D. C. (orgs.). Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife, Fundação Joaquim Nabuco e Ed. Massangana, 2006.

- CAMURÇA, M. Renovação Carismática Católica: entre tradição e modernidade. In: Rhema, v. 7, p. 169-186, 2001.
- CARRANZA, B. Renovação Carismática: origens, mudanças, tendências. Aparecida: Santuário, 2000.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- FONSECA, A. B. C. Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil: um estudo sobre a participação dos principais atores evangélicos na política (1998-2001). São Paulo: Tese Doutorado em Sociologia, USP, 2002.
- FRESTON, P. **Os Protestantes e a Política no Brasil**. São Paulo: Tese Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, 1993.
- HÉBRARD, M. **Os carismáticos**. Porto: Pronto Socorro, 1992.
- JURKEVICS, V. I. RCC: Reencantamento do mundo. In: **História: Questões & Debates**, n.3, v.5: 121-134, 2004.
- LÖWY, M. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez, 1995.
- LUNA, N.O direito à vida no contexto do aborto e da pesquisa com células-tronco embrionárias: disputas de agentes e valores religiosos em um estado laico. In: **Religião & Sociedade**, v. 33, p. 71-97, 2013.
- MACHADO, M. D. C. **Política e Religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- MAINWARING, S. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARIZ, C. Renovação Carismática Católica: Uma Igreja dentro da igreja? In: **Civitas**, v. 3, n. 1, p. 67-81, 2003.
- MIRANDA, J. Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso no político. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- NASCIMENTO, M. M. **Fé e Política**. São Paulo: RCC, 2006.
- ORO, A. P. **Avanço Pentecostal e Reação Católica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- OZAIÁ, A. S. Memória e História da Renovação Carismática Católica em Maringá. In: Espaço Acadêmico, ano 8, p. 1-11, 2007.
- PIERUCCI, A. F. O. A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PRANDI, R. **Um Sopro do Espírito**. São Paulo: Edusp, 1998.
- PROCOPIO, C. E. P. Carismáticos Católicos e eleições no Brasil. In: **Revista Ciências Sociais e Religião**, ano 14, p. 56-90, 2012.
- PY, F. Uma introdução ao shabbat a partir da nova história política. In: **Plura, Revista de Estudos de Religião**, v. 5, p. 54-68, 2014.

PY, Fe REIS, M. V. F. Católicos Carismáticos e os Projetos Parlamentares de Leis. In: E. S. SENA; M. M. RIBEIRO Jr. (org.). **Religião e Política**, São Paulo e Belém: Fonte Editorial e EdUepa, 2015.

PY, F. **Crítica à baixa ecologia**. Deuteronômio 5, 12-15 por fios condutores sociais. São Leopoldo e São Paulo: Cebi e Fonte Editorial, 2015 (a).

PY, F. **Lauro Bretones**: um protestante heterodoxo no Brasil de 1948 à 1956, 296s. Tese (Doutorado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015(b).

RIVERA, P.B. Estruturas e Teias de Significado: Habituse Culturanas Ciências da Religião. In: **Estudos de Religião**, v. 28, p. 204-219, 2014.

SENNA, J. T. Santinhos e Versículos: a relação entre Católicos Carismáticos e a Política. In: **Rever**, ano 08, p. 54-74, 2008.

SILVEIRA, E. J. S. **Catolicismo, Mídia e Consumo**: experiências e reflexões. 1. ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

SOUSA, R. **Instituição e carisma**: relações de poder na RCC. Aparecida, Editora, 2004.

SOUZA, A. R. **Padres Cantores, Missas Dançantes**: A opção da Igreja Católica pelo espetáculo com mídia e Marketing. Dissertação Mestrado em Sociologia, USP, 2001.

Submetido em: 17-8-2015

Aceito em: 18-11-2015